

INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE

CNPJ: - 50.958.859/0001-86

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2017 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE

CONTEÚDO:

- Relatório do auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/2017
- Quadro:
 1. Balanço patrimonial – 2017 comparativo a 2016
 2. Demonstração do resultado - DRE
 3. Demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL
 4. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC
- Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2017

À Diretoria da Entidade

INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE.
CNPJ:- 50.958.859/0001-86
Jundiaí – SP.

INTRODUÇÃO

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da entidade INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

OPINIÃO DA AUDITORIA:

Em nossa opinião as demonstrações contábeis do referido período **representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira** da entidade INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE, em 31/12/2017, os resultados de suas operações, e as mutações de seu patrimônio social e os seus fluxos de caixa relevantes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE DE OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à ENTIDADE, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – destacamos o contido nas notas explicativas:



- **5 - Ativo Imobilizado** – demonstrado ao custo de aquisição com respectivas despesas reconhecidas pelo método linear que não considera a vida útil conforme determina o CPC 27 e a NBC TG-27 do CFC sobre a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil.
- **8 e 10 - Receitas Operacionais (das Atividades)** – são reconhecidas por competência exceto as decorrentes de doações de sócios PJ e as de PF, e as de rendas diversas decorrentes de promoções e eventos que são reconhecidas no momento de suas realizações (regime caixa) conforme preceitua a norma contábil NBC TG 25 (CFC) – sobre ativo contingentes, por se tratar de receitas incertas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

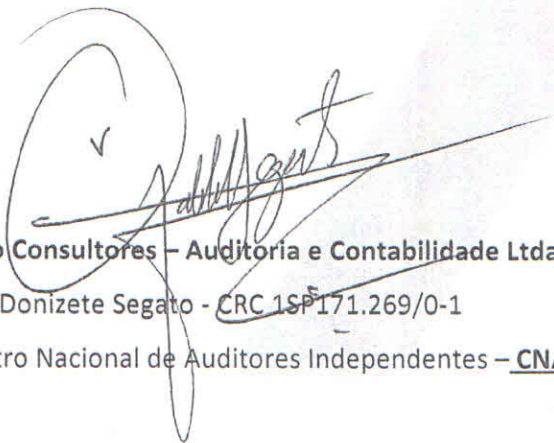
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Jundiaí, 17 de abril de 2.018



Segato Consultores – Auditoria e Contabilidade Ltda - CRC 2SP15.697/O-9

Valdir Donizete Segato - CRC 1SP171.269/O-1

Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI - CFC 1.776



INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRILLE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2017 E 31/12/2016

BALANÇO PATRIMONIAL							
	Notas Explicativas	2017	2016		Notas Explicativas	2017	2016
ATIVO		2.084.806,47	2.533.499,88	PASSIVO		2.084.806,47	2.533.499,88
CIRCULANTE		993.380,44	1.236.814,53	CIRCULANTE		1.298.671,58	2.354.461,09
CAIXA E EQUIVALENTES		390.698,63	151.708,71	FORNECEDORES E FINANCIAMENTOS		779.237,43	1.742.580,75
Caixa		61,08	-	Fornecedores		315.069,23	371.900,62
Bancos Conta Corrente Com Restrição		255.871,80	7.021,30	Financiamentos e Empréstimos		464.168,20	1.370.680,13
Bancos Conta Corrente Sem Restrição		24,98	125,57	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	7	339.905,21	375.431,73
Aplicações Liquidez Imediata	4	134.740,77	144.561,84	Salários a Pagar		73.003,43	100.923,52
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		602.681,81	1.085.105,82	Encargos Sociais a Pagar		47.577,35	48.306,36
Investimentos - Títulos de Capitalização		-	5.000,00	Férias a Pagar		219.224,43	226.201,85
Duplicatas a Receber		577.820,62	1.036.217,46	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		114.440,33	184.306,91
Adiantamentos de Salários		7.375,28	17.948,79	Impostos Retidos a Recolher		114.419,71	184.045,67
Adiantamentos a Terceiros		-	-	Cofins a recolher		20,62	261,24
Impostos a Recuperar		-	7.777,61	OUTRAS OBRIGAÇÕES		65.088,61	52.141,70
Seguros a Apropriar	11	17.485,91	18.161,96	Telefone, Energia Elétrica e Seguro a Pagar		65.088,61	52.141,70
NÃO CIRCULANTE		1.091.426,03	1.296.685,35	NÃO CIRCULANTE		917.583,63	282.626,60
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.787,73	15.817,73	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		577.711,98	-
Débitos a Identificar - Processo		17.787,73	15.817,73	Empréstimos		577.711,98	-
IMOBILIZADO	5	1.073.888,30	1.280.867,62	RECEITAS DIFERIDAS		339.881,65	282.626,60
Edifícios		260.306,17	260.306,17	Subvenções		339.881,65	282.626,60
Máquinas e Equipamentos		2.541.293,72	2.516.026,72				
Outros Imobilizados		553.286,34	549.847,34	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(131.428,74)	(103.587,81)
(-Depreciação Acumulada)		(2.281.209,93)	(2.045.312,61)	Patrimônio Social da Entidade		738.346,09	738.346,09
INTANGÍVEL	6	1.200,00	1.200,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Softwares		1.200,00	1.200,00	Déficits Acumulados	9	(822.123,44)	(916.101,22)
(-Amort. Acumulada)		(1.200,00)	(1.200,00)	Superávit ou (Déficit) do Exercício		(47.651,39)	74.167,32

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	2017	2016	CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
RECEITA OPERACIONAL		7.080.764,29	6.435.960,65	Saldo em 31 de dezembro de 2015	738.346,09	(971.198,54)	(232.852,45)
COM RESTRIÇÃO		6.153.075,98	5.708.694,87	Transferido p/Patrimônio	-	-	-
Assistência a Saúde	10	5.938.358,18	5.472.501,99	Ajuste de Exercício Anterior	-	74.167,32	74.167,32
Convenios Públicos - Saúde	16	5.895.583,23	5.438.281,95	Superávit em 2015	-	55.097,32	55.097,32
Subvenções Públicas		42.774,95	34.220,04	Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-
Assistência Social	10	214.717,80	236.092,88	Saldo em 31 de dezembro de 2016	738.346,09	(841.933,90)	(103.587,81)
Convenios Públicos - Assistência Social	17	214.717,80	236.092,88	Transferido p/Patrimônio	-	-	-
SEM RESTRIÇÃO		768.129,77	583.413,93	Ajuste de Exercício Anterior	-	19.810,46	19.810,46
Capitação de Recursos Próprios		768.129,77	583.413,93	Déficits Acumulados	-	(47.651,39)	(47.651,39)
Promoções e Eventos	10	110.757,86	102.614,57	Déficit do Período	-	(47.651,39)	(47.651,39)
Doações Pessoas Jurídicas e Físicas	8	335.527,15	463.425,88	Saldo em 31 de dezembro de 2017	738.346,09	(869.774,83)	(131.428,74)
Captação de Recursos	10	318.278,26	8.875,00				
Serviços Voluntários	15	2.566,50	8.875,00				
ISENÇÕES USUFRUÍDAS		159.558,54	143.951,85				
Contribuição Previdenciária Patronal	12	159.558,54	143.951,85				
RECEITA LÍQUIDA		7.080.764,29	6.435.960,65				
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(5.800.739,33)	(5.414.324,38)				
Com Programas (Atividades) de Assistência a Saúde		(5.800.739,33)	(5.414.324,38)				
Custos Serviços Prestados - Gratuidades		(3.304.891,26)	(2.896.202,40)				
Despesas com Pessoal - Gratuidades		(1.697.118,43)	(1.614.330,51)				
Despesas com Pessoal - Benefícios		(121.140,26)	(93.107,25)				
Despesas com Serviços de Terceiros		(139.630,63)	(138.953,51)				
Despesas Gerais		(537.958,75)	(671.730,71)				
Com Programas (Atividades) de Assistência Social		(340.632,82)	(235.472,95)				
Custos Serviços Prestados - Gratuidades		(62.759,77)	(1.827,00)				
Despesas com Pessoal - Gratuidades		(230.975,92)	(185.970,52)				
Despesas com Pessoal - Benefícios		-	(7.732,37)				
Despesas com Serviços de Terceiros		(1.175,50)	(1.112,20)				
Despesas Gerais		(45.721,63)	(38.830,86)				
RESULTADO BRUTO		939.392,14	786.163,32				
DESPESAS OPERACIONAIS		(614.389,73)	(384.564,10)				
Despesas com Captação de Recursos		(117.520,83)	(104.254,57)				
Custos Serviços Prestados - Gratuidades		(117.520,83)	(104.254,57)				
Despesas com Contribuição Previdenciária Patronal	12	(159.558,54)	(143.951,85)				
Despesas com Pessoal - Benefícios		(6.981,99)	(5.444,72)				
Despesas com Serviços de Terceiros		(16.205,87)	(8.875,00)				
Despesas com Serv. Voluntários	15	(2.566,50)	(8.875,00)				
Despesas Gerais		(303.630,18)	(111.659,92)				
Outras Gratuidades		0,00	(101,00)				
Despesas Tributárias		(7.925,82)	(10.277,04)				
Perda na Alienação de Imobilizado		-	-				
Despesas e Receitas Financeiras		(372.653,80)	(327.431,90)				
Receitas Financeiras		13.318,21	9.915,28				
Despesas Financeiras		(385.972,01)	(337.347,18)				
RESULTADO LÍQUIDO		(47.651,39)	74.167,32				
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO		(47.651,39)	74.167,32				

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
	2017	2016	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Superávit/Déficit do período	(47.651,39)	74.167,32	
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	255.707,78	285.224,32	
Ajustes de Exercícios Anteriores	235.897,32	230.127,00	
Redução (aumento) do ativo	19.810,46	55.097,32	
Contas a Receber	480.474,01	(540.879,75)	
Outros Créditos	458.396,84	(554.662,48)	
Outros Débitos	22.077,17	13.782,73	
Aumento (redução) do passivo	(149.277,58)	(297.634,37)	
Fornecedores	(56.831,39)	(135.994,43)	
Obrigações Trabalhistas	(35.526,52)	(50.547,32)	
Obrigações Fiscais	(69.866,58)	(112.149,65)	
Outras Obrigações	12.946,91	1.057,03	
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operaci	539.252,82	(479.122,48)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisições de Ativos Imobilizados	(28.688,00)	(57.444,80)	
Títulos de Capitalização	(28.688,00)	(57.444,80)	
Geração (Utilização) de caixa em atividades de investimentos	(28.688,00)	(57.444,80)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Financiamentos	(271.574,90)	195.005,45	
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(271.574,90)	195.005,45	
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	238.989,92	(341.561,83)	
Caixa e equivalentes no Início do Período	151.708,71	493.270,54	
Caixa e equivalentes no Fim do Período	390.698,63	151.708,71	
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	238.989,92	(341.561,83)	

ANTÔNIO FINATI RACHECO
PRESIDENTE
CPF: 002.333.968-37

ANDREA REGINA BONANÇA
CONTADORA
CRC 1SP253400/O-3

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Jundiaense Luiz Braille – De Assistência ao Deficiente da Visão, também designada Braille, fundada em 20 de dezembro de 1941, é uma Associação Civil, educacional beneficente, assistencial, reabilitacional e saúde, sem fins econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede no município de Jundiaí. Tem como missão, servir e desenvolver as habilidades potenciais das pessoas deficientes da visão prestando – lhes serviços de diagnóstico, habilitação e reabilitação, gratuitos, permanentes a quem necessitar, sem qualquer discriminação.

O Braille possui os títulos de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal e manteve-se devidamente inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei 12.973/14 e especificamente a NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC N.º 1.409/12, aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares, exceto pelo Imobilizado, que não foi avaliado a valor presente na adoção inicial.

No ano de 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos sejam expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração do superávit do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, exceto as receitas com doações são registradas por sua realização financeira.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme dispostos do Art. 4.º parágrafo único, do Decreto N.º 2.536/98.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	Saldo 2.017	Rentabilidade	IOF	IRF Retido	Saldo 2.016
Banco do Brasil 00.010.109-5	3,40	0,18	0,00	0,04	3,26
Banco Santander - C. Poup. 60.005592-8	261,72	16,98	0,00	0,00	244,74
Banco Bradesco - CDB	19.392,78	5,64	4,56	0,16	36.803,17
Aplicação Sicredi CDI	0,00	0,68	0,00	0,13	219,36
Aplicação Caixa Econômica CDB FLX C/C 3186-3	115.082,87	9.313,65	0,00	0,00	105.769,22
Aplicação Contamax Empresarial	0,00	6,85	4,71	0,00	1.522,09
Total	134.740,77	9.343,98	9,27	0,33	144.561,84

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

título ou pretexto, em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

15. VOLUNTÁRIOS

No ano de 2017 a entidade contabilizou R\$ 2.566,50 referente aos voluntários na execução de eventos realizados para captação de recursos.

16. OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS

A entidade formalizou o recadastramento no Ministério da Saúde, através de protocolo em 16/07/2015 sob o registro nº 2500113672/2015-08, de acordo com a determinação do artigo 40 da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/2014 a portaria MS nº 1.970/11 e também foram assinados os termos aditivos dos Convênios 45/2011 e 30/2010 em 10/11/2014 e em 15/07/2015 foram formalizados os convênios 15/15 e 16/15 com o Gestor Local do SUS de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

O Instituto Jundiaiense Luiz Braille, mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES).

O Instituto atende na área de oftalmologia aproximadamente a 5.000 consultas oftalmológicas por mês, integralmente pelo SUS. No serviço de oftalmologia, além do atendimento ambulatorial, também são realizados os exames e cirurgias de média e alta complexidade dando assim, total resolução aos pacientes atendidos.

17. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação da lei 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo do Decreto Federal No. 8.242/14 e artigo 9º item 1 c. da Portaria do MS 1970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE

Serviços Prestados	Quantitativos-SUS	Qualitativos-SUS	Quantitativos-Ñ/SUS	Qualitativos-Ñ/SUS
Consultas	52.788	Relatórios mensais ao Gestor	-	Prontuários
Exames	127.614	Relatórios mensais ao Gestor	614	Prontuários
Cirurgias	5.477	Relatórios mensais ao Gestor	141	Prontuários
TOTAL	185.879		755	

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - REABILITAÇÃO

Serviços Prestados	Quantitativos-SUS	Qualitativos-SUS	Quantitativos-Ñ/SUS	Qualitativos-Ñ/SUS
Consultas	11.280	Relatórios mensais ao Gestor	-	Prontuários

18. DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação do artigo 4º. da Lei No. 12.101/09 artigo 20 do Decreto No. 8.242/2014 e artigo 8º da Portaria do MS Nº 1.970, DE 16 DE AGOSTO DE 2011 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em convênio e/ou contrato de contratação;
- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 4º da Lei No. 12.101/09 artigo 20 do Decreto No. 8.242/2014 e artigo 9º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- número de atendimentos SUS: 180.402 e Ñ-SUS: 614
- número de atendimentos SUS: 5.477 e Ñ-SUS (CIHA): 141
- percentual de atendimentos SUS: 99,65%

19. CONVÊNIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Instituto Jundiaiense Luiz Braille no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formalizou convênios municipais, conforme Relatório de Atividades de 2017, disponível na sede da Entidade para acesso a qualquer cidadão, os respectivos objetivos, origem de recursos, infraestrutura, público-alvo, capacidade e número de atendimentos, recursos financeiros utilizados, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Os atendimentos de Convênios Municipais realizados em 2017 são demonstrados no quadro a seguir:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Dados Qualitativos	Número de Atendimentos
3.1.1.2.02	Convênios Municipais - Reabilitação	Relatórios ao gestor	1.320


ANTONIO FINATI PACHECO
PRESIDENTE


ANDREA REGINA BONANCA
CONTADORA

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2017	2016
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE	2.084.806,47D	2.533.499,88D
DISPONIBILIDADES	993.380,44D	1.236.814,53D
CAIXA	390.698,63D	151.708,71D
Caixa	61,08D	0,00
	61,08D	0,00
BANCOS CONTA CORRENTE - CONVÊNIO	155.783,78D	5.954,02D
Banco do Brasil C/C 6935-3 Convênio 30/11 P.M. Jundiaí Saúde	0,00	30,50D
Banco Bradesco S.A. Ag 627 c/c 47596-3 - HSV Urgencia	1,00D	1,00D
Banco do Brasil S.A. Ag 3570 c/c 12397-8 PMJ Glaucoma	69,43D	368,39D
Caixa Econômica Federal C/C 003 3185-5 - P.M.J Conv. 45/11	65.711,99D	5.393,32D
Caixa Econômica Federal Ag 0316 - O Conta 00003186-3 Aplica	0,09D	55,12D
Banco do Brasil C/C 0.399-9	0,00	105,69D
Banco do Brasil Ag 340-9 CC 399-9	75.493,83D	0,00
Banco do Brasil C/C 106872-5 P.M. Itatiba Assist. Social	506,88D	0,00
Banco do Brasil Ag. 340-9 C/C 208481-3 - Educação Jundiaí	69,94D	0,00
Banco do Brasil AG 340-9 C/C 0.932-6	1.836,38D	0,00
Banco do Brasil C/C106935-7 Convênio 30/11 P.M.Jundiaí Saúde	12.094,24D	0,00
BANCOS CONTA CORRENTE - CONVÊNIO ASSISTENCIA SOCIAL	70,80D	961,73D
Banco do Brasil C/C 6872-1 P.M. Itatiba Assist. Social	0,00	117,22D
Caixa Econômica Federal Ag. 0316 C/C 3199-5 P.M Campo Limp	0,00	315,69D
Caixa Econômica Federal Ag. 0316 C/C 3196-0 P.M Cabreúva	23,12D	18,07D
Caixa Econômica Federal Ag. 0316 C/C 3198-7 P.M Francisco M	47,68D	510,75D
BANCOS CONTA CORRENTE - SUBVENÇÕES	100.017,22D	105,55D
Banco do Brasil S.A. Ag.3570 c/c 10109-5 - SUBV.MUNICIPAL	100.017,22D	52,66D
Banco do Brasil C/C 0.932-6	0,00	52,89D
BANCOS CONTA CORRENTE - ADMINISTRAÇÃO / RECURSOS PRÓ	24,98D	125,57D
Caixa Economica Federal C/C 03001242-3 - Cirurgias Retina	24,98D	105,34D
Banco Sicredi	0,00	0,23D
Banco Santander S.A. Ag 281 c 13001511-5 (Sócios e Doações)	0,00	20,00D
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	134.740,77D	144.561,84D
Banco do Brasil 00.010.109-5	3,40D	3,26D
Banco Santander - C. Poup. 60.005592-8	261,72D	244,74D
Banco Bradesco - CDB	19.392,78D	36.803,17D
Aplicação Sicredi CDI	0,00	219,36D
Aplicação Caixa Economica CDB FLX C/C 3186-3	115.082,87D	105.769,22D
Aplicação Contamax Empresarial	0,00	1.522,09D
INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00D
APLICAÇÕES	0,00	5.000,00D
OUROCAP	0,00	5.000,00D
CONTAS A RECEBER	585.195,90D	1.061.943,86D
DUPLICATAS A RECEBER	577.820,62D	1.036.217,46D
DUPLICATAS A RECEBER	426.811,34D	514.986,79D
Duplicatas a Receber (Aprop. Receita)	151.009,28D	521.230,67D
ADIANTAMENTOS	7.375,28D	7.220,45D
Adiantamento de Salário	1.250,00D	0,00
Adiantamento de Férias	4.808,11D	7.220,45D
Adiantamento a Fornecedores	1.317,17D	0,00
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	0,00	7.777,61D
FGTS a Compensar	0,00	7.777,61D
EMPRESTIMOS	0,00	10.728,34D
Empréstimos a Empregados	0,00	10.728,34D
DESPESAS ANTECIPADAS	17.485,91D	18.161,96D
SEGUROS A APROPRIAR	17.485,91D	18.161,96D
Seguro de Automóveis a Apropriar	1.031,11D	961,38D
Seguro Empresarial a Apropriar	16.454,80D	17.200,58D

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2017	2016
ATIVO NÃO CIRCULANTE	31/12/2017	31/12/2016
CONTAS A RECEBER	1.091.426,03D	1.296.685,35D
OUTROS CRÉDITOS	17.767,73D	15.817,73D
Débitos a Identificar - Processo	17.767,73D	15.817,73D
Depósitos Judiciais	15.817,73D	15.817,73D
	1.950,00D	0,00
IMOBILIZADO	1.073.658,30D	1.280.867,62D
BENS DE DIREITOS EM USO	3.354.868,23D	3.326.180,23D
Edifícios	260.306,17D	260.306,17D
Máquinas e Equipamentos	2.541.293,72D	2.516.026,72D
Móveis e Utensílios	191.720,62D	191.720,62D
Veículos	39.314,74D	39.314,74D
Computadores e Periféricos	138.963,96D	138.963,96D
Instrumental Cirurgico	183.269,02D	179.848,02D
(-)DEPRECIACÃO ACUMULADA	2.281.209,93C	2.045.312,61C
Dep. Acumulada - Edifícios	101.423,84C	90.569,12C
Dep. Acumulada - Máquinas e Equipamentos	1.804.215,60C	1.622.730,60C
Dep. Acumulada - Móveis e Utensílios	164.721,51C	152.958,28C
Dep. Acumulada - Veículos	34.757,97C	29.695,05C
Dep. Acumulada - Computadores e Periferi	123.569,51C	115.003,74C
Dep. Acumulada - Instrumental Cirurgico	52.521,50C	34.355,82C
BENS INTANGIVEIS	0,00	0,00
Softwares	1.200,00D	1.200,00D
(-)Amort. Softwares	1.200,00C	1.200,00C
PASSIVO	2.084.806,47C	2.533.499,88C
PASSIVO CIRCULANTE	1.298.671,58C	2.354.461,09C
FORNECEDORES	315.069,23C	371.900,62C
FORNECEDORES	315.069,23C	371.900,62C
FORNECEDORES NACIONAIS	315.069,23C	371.900,62C
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	464.168,20C	1.370.680,13C
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	464.168,20C	1.361.813,62C
Banco Santander C/C 13001511-5	19.507,88C	0,00
Emprestimo Caixa Econômica Federal 25.0316.610.15-53	346.368,00C	1.270.401,72C
Empréstimo Caixa 25.0316.610.0000017-15	0,00	14.236,26C
Empréstimo Caixa 25.0316.610.0000018-04 (48*17.277,62)	207.331,44C	708.382,42C
Empréstimo Caixa 25.0316.610.0000019-87 (12* R\$14.236,26)	0,00	170.835,12C
Emprestimo Santander 00330281000130015115 12 x	139.541,93C	0,00
(-) Juros a Apropriar	248.581,05D	802.041,90D
EMPRÉSTIMOS DE PESSOAS LIGADAS	0,00	8.866,51C
Emprestimo José Carlos de Lima	0,00	8.866,51C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	339.905,21C	375.431,73C
OBRIGAÇÕES COM FUNCIONÁRIOS	73.003,43C	100.923,52C
Salários a Pagar	71.674,49C	82.020,72C
Autonomos a Pagar	1.328,94C	18.902,80C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR	47.677,35C	48.306,36C
INSS a Pagar	17.124,88C	16.269,08C
FGTS a Pagar	16.237,58C	19.832,60C
Contribuições Sindicais a Recolher	12.285,01C	10.249,48C
PIS a Pagar	2.029,88C	1.955,20C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	219.224,43C	226.201,85C
Férias a Pagar	219.224,43C	226.201,85C
OBRIGAÇÕES FISCAIS	114.440,33C	184.306,91C
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	114.419,71C	184.045,67C
IRF a Recolher	3.446,81C	2.665,86C
ISS Retido a Recolher	948,15C	1.732,35C
PIS/COFINS/CSL Retido a Recolher	10.643,57C	6.880,43C
IRF a Recolher - Pessoa Física	11.438,92C	14.615,77C
Parcelamento PIS/COFINS/CSL Cód.5952 60 X 925,60	18.517,52C	31.956,60C
Parcelamento IRF Cód. 0588 60 X 1054,17	22.596,00C	37.795,41C



BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2017	2016
Parcelamento IRRF 30 x 1.347,36	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamento CSRF 30 X 1575,12	0,00	13.238,56C
Parcelamento INSS 60 x 960,60	0,00	12.408,99C
Parcelamento IRRF 10 x 2.664,57	46.828,74C	54.235,96C
	0,00	8.515,74C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE A RECEITA		
COFINS a Pagar	20,62C	261,24C
	20,62C	261,24C
OBRIGAÇÕES COM CLIENTES		
ADIANTAMENTOS	33.531,27C	25.390,21C
Adiantamentos de Clientes	33.531,27C	25.390,21C
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
CONTAS A PAGAR	31.557,34C	26.751,49C
Telefone a Pagar	31.557,34C	26.751,49C
Energia Elétrica a Pagar	6.803,14C	5.226,01C
Seguros a Pagar	3.786,48C	0,00
	20.967,72C	21.525,48C
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
EXÍGIVEL A LONGO PRAZO	917.563,63C	282.626,60C
EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	577.711,98C	0,00
Empréstimo Caixa Econômica Federal 25.0316.610.15-53 - LP	577.711,98C	0,00
Empréstimo Caixa 25.0316.610.0000018-04 (48*17.277,62) - LP	577.282,45C	0,00
(-) Juros a Apropriar s/ Empréstimos	293.508,65C	0,00
	293.079,12D	0,00
RECEITAS DIFERIDAS		
SUBVENÇÕES	339.851,65C	282.626,60C
Receita Diferida: Subvenção Estadual - DSR7	339.851,65C	282.626,60C
Receita Diferida: Subvenção Estadual	100.000,00C	0,00
	239.851,65C	282.626,60C
PATRIMONIO LIQUIDO		
PATRIMONIO SOCIAL	131.428,74D	103.587,81D
PATRIMONIO SOCIAL	738.346,09C	738.346,09C
Patrimonio Social da Entidade	738.346,09C	738.346,09C
SUPERAVIT OU DÉFICIT ACUMULADO		
SUPERAVIT OU DÉFICIT ACUMULADO	869.774,83D	841.933,90D
Deficit Acumulado	869.774,83D	841.933,90D
Superavit (Deficit) do Período	822.123,44D	916.101,22D
	47.651,39D	74.167,32C

ANTONIO FINATI PACHECO
 Presidente
 CPF: 002.333.968-37

Contador: ANDRÉA REGINA BONANÇA
 Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP253400/O-3
 CPF: 285.995.738-37

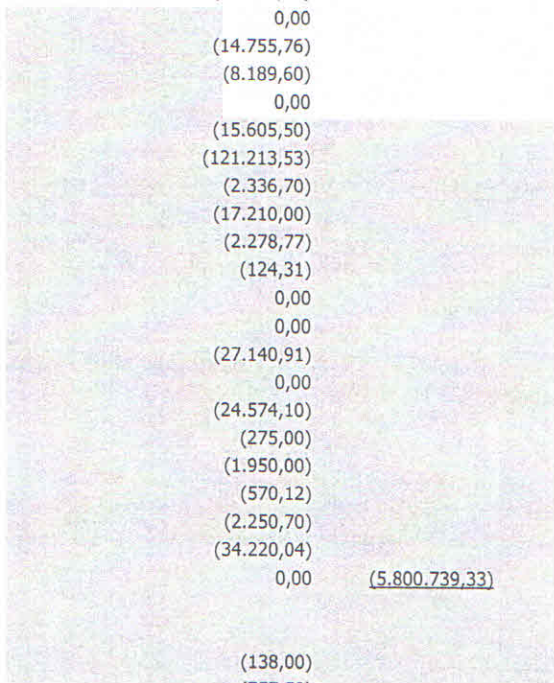
DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT EM 31/12/2017

Descrição	2017	Total	2016	Total
Convênios				
Convênios Municipais Assistência a Saúde - Oftalmologia	5.895.583,23		5.438.281,95	
Convênios Municipais Assistência Social - Reabilitação	214.717,80	<u>6.110.301,03</u>	236.092,88	<u>5.674.374,83</u>
Subvenções				
Subvenções Estaduais	42.774,95	<u>42.774,95</u>	34.220,04	<u>34.220,04</u>
Doações Pessoa Física				
Doações: Lentes de Contato	58.948,54		40.391,67	
Doações: Pessoas Físicas	59.388,73		39.705,14	
Doações: Not. Fiscal Paulista	44.735,65		80.815,17	
Mensalidades	56.377,21		44.396,87	
Locação de Sala de Cirurgia	7.280,00		3.100,00	
Particulares: Exames OCT	5.596,54		7.750,69	
Serviços Voluntários	2.566,50	<u>234.893,17</u>	8.875,00	<u>225.034,54</u>
Doações Pessoa Jurídica				
Doações - Impressões em Braille	0,00		800,80	
Doações: Pessoas Jurídicas	176.025,56	<u>176.025,56</u>	246.465,54	<u>247.266,34</u>
Eventos e Projetos				
Outras Receitas: Eventos	110.757,86	<u>110.757,86</u>	102.614,57	<u>102.614,57</u>
Outras Receitas				
Serviços Prestados	184.000,00		500,00	
Receita: Convênios Particulares	13.046,00		0,00	
Outras Receitas: Bazar	49.407,18	<u>246.453,18</u>	7.998,48	<u>8.498,48</u>
Receita Operacional				
		<u>6.921.205,75</u>		<u>6.292.008,80</u>
Isenções de Impostos e Contribuições				
INSS PATRONAL + RAT + TERCEIROS	159.558,54	<u>159.558,54</u>	143.951,85	<u>143.951,85</u>
Receita Líquida				
		<u>7.080.764,29</u>		<u>6.435.960,65</u>
Com Programas (Atividades) de Assistência a Saúde				
Drogas e Medicamentos - Centro Cirúrgico	(19.239,71)		(97.307,02)	
Lentes de Contato - Centro Cirúrgico	(244.892,21)		(158.175,55)	
Materiais Hospitalares - Centro Cirúrgico	(169.666,50)		(117.271,30)	
Drogas e Medicamentos - Ambulatório	(22.520,78)		(23.114,91)	
Lentes de Contato	(66.629,88)		(27.295,51)	
Materiais Hospitalares	(21.716,66)		(8.517,70)	
Gases Medicinais	(24.836,95)		(16.237,80)	
Locação deROUPAS	(42.874,97)		(40.266,17)	
Drogas e Medicamentos - Colírio Glaucoma (Alto Custo)	(529.302,76)		(382.633,87)	
Serviços Médicos - P.J.	(2.161.498,99)		(2.025.302,57)	
Serviços de Análise de Laboratório	0,00		(80,00)	
Serviços de Esterilização	(1.711,85)		0,00	
Salários	(1.079.254,44)		(1.052.679,63)	
Horas Extras	(60.252,91)		(28.894,84)	
Adicional Noturno/Insalubridade	(78.614,87)		(88.153,82)	
Aviso Prévio / Indenizações Trabalhistas	(9.084,02)		(16.722,16)	
Gratificações	(16.398,02)		(17.785,13)	
INSS	(5.579,55)		0,00	
FGTS	(135.138,48)		(137.808,70)	
Pis s/Folha Pagamento	(14.973,58)		(14.605,27)	
Férias + 1/3	(184.323,98)		(163.330,43)	
Décimo Terceiro	(113.498,58)		(112.135,66)	
Vale Refeição Alimentação e Cesta Básica	(83.026,86)		(41.485,80)	
VT - Vale Transporte	(22.361,68)		(26.714,08)	



DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT EM 31/12/2017

Descrição	2017	Total	2016	Total
Com Programas (Atividades) de Assistência a Saúde				
Seguro de Vida	0,00		(301,97)	
Auxílio Creche	(11.940,92)		(6.820,27)	
Gastos Diversos com Funcionários	(3.810,80)		0,00	
Serviços Contábeis	(76.603,67)		(81.749,40)	
Serviços Advoratórios	(2.633,45)		(17.624,31)	
Serviços de Consultoria	(5.897,77)		(3.942,48)	
Serviços de Informática	(25.305,22)		(23.629,60)	
Serviços de Limpeza	(17.952,81)		(4.472,94)	
Serviços de Segurança e Portaria	(2.596,77)		(2.463,80)	
Serviços de Armazenamento de Arquivos	(8.640,94)		(5.070,98)	
Aluguel	(104.199,32)		(109.249,57)	
Energia Elétrica	(46.323,47)		(40.051,62)	
Água e Esgoto	(7.051,99)		0,00	
Conservação e Manutenção Predial	(20.809,91)		(16.288,37)	
Combustíveis e Lubrificantes	(9.043,76)		(9.452,35)	
Manutenção e Conservação de Veículos	(9.645,10)		(1.463,63)	
Seguro de Veículos	(1.229,31)		0,00	
Telefone e Internet	(45.608,34)		(41.672,50)	
Correios e Malotes	(1.585,25)		(5.275,99)	
Generos Alimentícios	(19.767,26)		(35.271,57)	
Material de Cozinha	0,00		(2.595,17)	
Material de Escritório	(14.755,76)		(7.363,94)	
Material de Informática	(8.189,60)		(10.908,25)	
Material Gráfico	0,00		(496,00)	
Material de Limpeza	(15.605,50)		(11.642,45)	
Conservação e Manutenção de Maq. Equip.	(121.213,53)		(38.313,14)	
Bens de Pequeno Valor	(2.336,70)		(389,00)	
Cópias e Reproduções	(17.210,00)		(6.842,00)	
Associações e Entidades de Classe	(2.278,77)		(6.646,00)	
Taxa e Impostos Diversos	(124,31)		(0,69)	
Seguro Responsabilidade Civil	0,00		(29.276,80)	
Depreciações e Amortizações	0,00		(230.127,00)	
Locação de Maquinas e Equipamentos	(27.140,91)		(18.012,81)	
Frete	0,00		(39,00)	
Seguros	(24.574,10)		(15.032,82)	
Gastos Diversos com Funcionários	(275,00)		0,00	
Serviços de Segurança e Portaria	(1.950,00)		0,00	
Conservação e Manutenção Predial	(570,12)		0,00	
Despesas Legais	(2.250,70)		0,00	
Depreciações e Amortizações	(34.220,04)		(34.220,04)	
Despesas com Cursos e Treinamentos	0,00	(5.800.739,33)	(1.100,00)	(5.414.324,38)
Com Programas (Atividades) de Assistência Social				
Lentes de Contato	(138,00)		0,00	
Materiais Hospitalares	(757,50)		0,00	
Bengalas	0,00		(1.275,00)	
Materiais de Apoio e Pedagógicos	(434,50)		(552,00)	
Serviços Médicos - P.J.	(61.429,77)		0,00	
Salários	(187.062,55)		(135.637,79)	
Adicional Noturno/Insalubridade	0,00		(12.726,31)	
Gratificações	0,00		(2.132,26)	
INSS	(22.849,70)		0,00	
FGTS	(21.044,40)		(11.138,55)	
Pis s/Folha Pagamento	(19,27)		(1.471,52)	
Férias + 1/3	0,00		(14.365,12)	
Décimo Terceiro	0,00		(10.631,23)	
Vale Refeição Alimentação e Cesta Básica	0,00		(5.600,11)	
Serviços de Consultoria	(995,50)		(720,00)	
Serviços de Informática	(180,00)		(392,20)	
Aluguel	(33.775,23)		(10.258,34)	
Energia Elétrica	0,00		(10.323,35)	



Handwritten signature or initials.

Handwritten signature or initials.

Handwritten signature or initials.



DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT EM 31/12/2017

Descrição	2017	Total	2016	Total
Com Programas (Atividades) de Assistência Social				
Conservação e Manutenção Predial	(594,01)		(358,08)	
Combustíveis e Lubrificantes	(662,36)		(2.712,35)	
Manutenção e Conservação de Veículos	0,00		(1.114,00)	
Telefone e Internet	(1.024,26)		(7.483,33)	
Generos Alimentícios	(1.744,72)		(1.767,02)	
Material de Cozinha	0,00		(915,11)	
Material de Escritório	(606,50)		(377,60)	
Material de Informática	(240,00)		(617,70)	
Material de Limpeza	(463,20)		(506,23)	
Conservação e Manutenção de Maq. Equip.	(6.501,85)		(1.262,00)	
Bens de Pequeno Valor	(109,50)		0,00	
Copias e Reproduções	0,00		(1.090,00)	
Correios e Malotes	0,00	(340.632,82)	(45,75)	(235.472,95)
Lucro Bruto		939.392,14		786.163,32
Despesas com Pessoal - Gratuidades				
Salários	(216.861,12)		(64.773,62)	
Horas Extras	(3.107,35)		(413,06)	
Adicional Noturno/Insalubridade	(26.385,72)		0,00	
Aviso Prévio / Indenizações Trabalhistas	(3.931,01)		0,00	
INSS	(50,91)		0,00	
FGTS	(31.181,93)		(10.899,31)	
Férias + 1/3	(41.182,16)		(21.013,76)	
Décimo Terceiro	(22.800,02)		(5.789,19)	
Pis s/Folha Pagamento	(2.977,26)		(1.365,63)	
(-) Rateio Folha de Pagamento	230.956,65	(117.520,83)	0,00	(104.254,57)
Demonstração Isenção INSS				
INSS Patronal + RAT + Terceiros	(159.558,54)	(159.558,54)	(143.951,85)	(143.951,85)
Despesas com Pessoal				
Gratificações	(2.485,38)		(1.614,70)	
VT - Vale Transporte	(1.927,20)		(344,38)	
Gastos Diversos com Funcionários	(2.540,85)		(3.485,64)	
Auxílio Creche	(28,56)	(6.981,99)	0,00	(5.444,72)
Despesas com Serviços				
Serviços Advocáticos	(13.089,37)		0,00	
Serviços de Informática	(400,00)		0,00	
Serviços Prestados P.F.	(150,00)		0,00	
Serviços Voluntários	(2.566,50)	(16.205,87)	(8.875,00)	(8.875,00)
Despesas Gerais				
Locação de Maq. e Equipamentos	(5.724,95)		0,00	
Aluguel	(7.401,51)		(665,50)	
Água e Esgoto	0,00		(15.292,89)	
Conservação e Manutenção Predial	(12.696,00)		0,00	
Combustíveis e Lubrificantes	(2.252,00)		0,00	
Manutenção e Conservação de Veículos	(181,50)		0,00	
Estacionamento e Pedágio	(67,80)		(27,40)	
Seguro de Veículos	0,00		(707,52)	
Locação de Veículos	(300,00)		0,00	
Anúncio e Propaganda	(832,00)		(50,00)	
Presentes e Brindes	(1.227,00)		(1.437,00)	
Depreciações e Amortizações	(201.677,28)		0,00	
Bens de Pequeno Valor	(110,00)		(849,00)	
Condução e Transporte	(160,00)		0,00	
Correios e Malotes	(1.037,84)		0,00	
Telefone	(791,80)		0,00	



INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE DE ASSISTÊNCIA
AO DEFICIENTE DA VISÃO
CNPJ:- 50.958.859/0001-86

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O BALANÇO
PATRIMONIAL E RESPECTIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
LEVANTADOS EM 31/12/17

O CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial do INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE, levantado em 31 de Dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações de Superávit, das Mutações do Patrimônio Social, das Origens e Aplicações de Recursos, do Fluxo de Caixa, correspondentes a este exercício, elaborado sob a responsabilidade desta Administração e tomando como base o parecer dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação vigente, encontra-se em condições de serem aprovadas.

Jundiaí, 17 de Abril de 2018




Geraldo Akio Murakami

1º Conselheiro



3º Conselheiro



Vanderlei Negro

2º Conselheiro

INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE DE ASSISTÊNCIA AO
DEFICIENTE DA VISÃO
CNPJ:- 50.958.859/0001-86

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADOS EM 31/12/17

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE, tendo examinado o Balanço Patrimonial do INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE, levantado em 31 de Dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações de Superávit, das Mutações do Patrimônio Social, das Origens e Aplicações de Recursos, do Fluxo de Caixa correspondentes a este exercício, elaborado sob a responsabilidade da Administração e tomando como base o parecer dos Auditores Independentes, aprovou por unanimidade, a referida proposição.

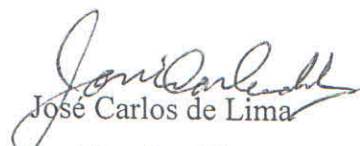
Face o exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação através da Ata que ira se realizar em Abril de 2018.


Jundiaí, 17 de Abril de 2018.

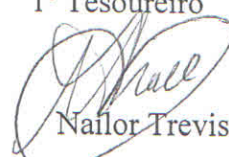

Antônio Finati Pacheco
Presidente


Marli Chechinato
Diretora Secretária


Doménico Tremaroli
Diretor de Patrimônio


José Carlos de Lima
Vice Presidente


Vera Aparecida West M.F. Felipozzi
1º Tesoureiro


Nailor Trevisan
Diretor de Divulgação e Promoção



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS – Quadra 5 – Bloco J – Edifício CFC
Brasília/DF – 70070-920
Telefone: (61) 3314-9600
www.cfc.org.br



CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI

CERTIDÃO DE REGISTRO

Nome:	VALDIR DONIZETE SEGATO
Registro CNAI nº:	1776
CRC Nº:	SP-171269/O
CPF:	025.102.418-00

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <http://www.cfc.org.br/sisweb/siscnai/menu.aspx>

Código de controle da Certidão: A54899V104

FINALIDADE: Atendimento à Resolução CFC nº 1495/15 (CNAI)

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CERTIFICA, para os devidos fins, que o(a) contador(a) acima identificado(a) está inscrito(a) no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

Emitida em: 23/04/2018 08:18:00

Situação cadastral em: 23/04/2018 08:18:00

Certidão válida por 60 (sessenta) dias

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES - CNAI

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO Certidão nº: 2018/018960 Nome: ANDREA REGINA BONANCA Registro: SP-253400/O-3 Categoria: CONTADOR CPF/CNPJ: 285.995.738-37 Validade: 10/06/2018 Finalidade: Comprovação de Registros
---	---

Responsabilidade Técnica:

TALST CONTABILIDADE E CONTROLADORIA S/S LTDA. (2RS003635)

Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 6687.2581.0182.8886





INEDITORIAL

INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRILLE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2017 E 31/12/2016

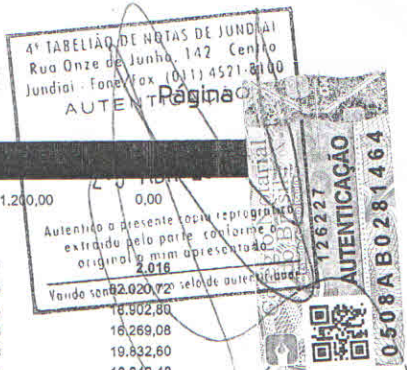
Autentico a presente cópia reprográfica
extraída pelo parte conforme o
original a mim apresentado

126227
AUTENTICAÇÃO
0508AB0281463

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	Notas Explicativas	2017	2016	PASSIVO	Notas Explicativas
		2017	2016		
CIRCULANTE		2.084.806,47	2.533.499,88	CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES		993.380,44	1.236.814,53	FORNECEDORES E FINANCIAMENTOS	
Caixa		390.698,63	151.708,71	Fornecedores	
Bancos Conta Corrente Com Restrição		61,08	-	Financiamentos e Empréstimos	
Bancos Conta Corrente Sem Restrição		255.871,80	7.021,30	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	
Aplicações Líquidez Imediata		24,98	125,57	Salários a Pagar	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	4	134.740,77	144.561,84	Encargos Sociais a Pagar	
Investimentos - Títulos de Capitalização		602.681,81	1.085.105,82	Férias a Pagar	
Duplicatas a Receber		-	5.000,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
Adiantamentos de Salários		577.820,62	1.036.217,46	Impostos Retidos a Recolher	
Adiantamentos a Terceiros		7.375,28	17.948,79	Cofins a recolher	
Impostos a Recuperar		-	7.777,61	OUTRAS OBRIGAÇÕES	
Seguros a Apropriar	11	17.485,91	18.161,96	Telefone, Energia Elétrica e Seguro a Pagar	
NÃO CIRCULANTE		1.091.426,03	1.296.685,35	NÃO CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.767,73	15.817,73	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Débitos a Identificar - Processo		17.767,73	15.817,73	Empréstimos	
IMOBILIZADO	5	1.073.658,30	1.280.867,62	RECEITAS DIFERIDAS	
Edifícios		260.306,17	260.306,17	Subvenções	
Máquinas e Equipamentos		2.541.293,72	2.516.026,72	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Outros Imobilizados		553.268,34	549.847,34	Patrimônio Social da Entidade	
(-) Depreciação Acumulada		(2.281.209,93)	(2.045.312,61)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	
INTANGÍVEL	6	-	-	Déficits Acumulados	
Softwares		1.200,00	1.200,00	Superávit ou (Déficit) do Exercício	
(-) Amort. Acumulada		(1.200,00)	(1.200,00)		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
RECEITA OPERACIONAL	Notas	2017	2016	CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		2017	2016				
COM RESTRIÇÃO		7.080.764,29	6.435.960,65	Saldo em 31 de dezembro de 2015	738.346,09	(971.198,54)	(232.852,45)
Assistência a Saúde	10	6.153.075,98	5.708.594,87	Transferido p/Patrimônio	-	-	-
Convenios Públicos - Saúde	16	5.938.358,18	5.472.501,99	Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-
Subvenções Públicas		42.774,95	34.220,04	Superávit em 2016	-	74.167,32	74.167,32
Assistência Social	10	214.717,80	236.092,88	Ajuste de Exercício Anterior	-	55.097,32	55.097,32
Convenios Públicos - Assistência Social	17	214.717,80	236.092,88	Saldo em 31 de dezembro de 2016	738.346,09	(841.933,90)	(103.587,81)
SEM RESTRIÇÃO		768.129,77	583.413,93	Transferido p/Patrimônio	-	-	-
Captação de Recursos Próprios		768.129,77	583.413,93	Ajuste de Exercício Anterior	9	19.810,46	19.810,46
Promocões e Eventos	10	110.757,86	102.614,57	Déficits Acumulados	-	(47.651,39)	(47.651,39)
Doações Pessoas Jurídicas e Físicas	8	336.527,15	463.425,88	Déficit do Período	-	(47.651,39)	(47.651,39)
Captação de Recursos	10	318.278,26	8.498,48	Saldo em 31 de dezembro de 2017	738.346,09	(869.774,83)	(131.428,74)
Serviços Voluntários	15	2.566,50	8.875,00				
ISENÇÕES USUFRUÍDAS		159.558,54	143.951,85				
Contribuição Previdenciária Patronal	12	159.558,54	143.951,85				
RECEITA LÍQUIDA		7.080.764,29	6.435.960,65				
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(5.800.739,33)	(5.414.324,38)				
Com Programas (Atividades) de Assistência a Saúde		(5.800.739,33)	(5.414.324,38)				
Custos Serviços Prestados - Gratuidades		(3.304.891,26)	(2.896.202,40)				
Despesas com Pessoal - Gratuidades		(1.697.118,43)	(1.614.330,51)				
Despesas com Pessoal - Benefícios		(121.140,26)	(93.107,25)				
Despesas com Serviços de Terceiros		(139.630,63)	(138.953,51)				
Despesas Gerais		(537.958,75)	(671.730,71)				
Com Programas (Atividades) de Assistência Social		(340.632,82)	(235.472,95)				
Custos Serviços Prestados - Gratuidades		(62.759,77)	(1.827,00)				
Despesas com Pessoal - Gratuidades		(230.975,92)	(185.970,52)				
Despesas com Pessoal - Benefícios		(1.175,50)	(1.112,20)				
Despesas com Serviços de Terceiros		(45.721,63)	(38.830,86)				
Despesas Gerais		(939.392,14)	786.163,32				
RESULTADO BRUTO		939.392,14	786.163,32				
DESPESAS OPERACIONAIS		(614.389,73)	(384.564,10)				
Despesas com Captação de Recursos		(614.389,73)	(384.564,10)				
Custos Serviços Prestados - Gratuidades		-	-				
Despesas com Pessoal - Gratuidades		(117.520,83)	(104.254,57)				
Despesas com Contribuição Previdenciária Patronal	12	(159.558,54)	(143.951,85)				
Despesas com Pessoal - Benefícios		(6.981,99)	(5.444,72)				
Despesas com Serviços de Terceiros		(16.205,87)	(8.875,00)				
Despesas com Serv. Voluntários	15	(2.566,50)	(8.875,00)				
Despesas Gerais		(303.630,18)	(111.659,92)				
Outras Gratuidades		0,00	(101,00)				
Despesas Tributárias		(7.925,82)	(10.277,04)				
Perda na Alienação de Imobilizado		-	-				
Despesas e Receitas Financeiras		(372.653,80)	(327.431,90)				
Receitas Financeiras		13.318,21	9.915,28				
Despesas Financeiras		(385.972,01)	(337.347,18)				
RESULTADO LÍQUIDO		(47.651,39)	74.167,32				
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO		(47.651,39)	74.167,32				

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2017	2016	
Superávit/Déficit do período	(47.651,39)	74.167,32	
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	255.707,78	285.224,32	
Ajustes de Exercícios Anteriores	235.897,32	230.127,00	
Redução (aumento) do ativo	19.810,46	55.097,32	
Contas a Receber	480.474,01	(540.879,75)	
Outros Créditos	458.396,84	(554.662,43)	
Outros Débitos	22.077,17	13.782,73	
Aumento (redução) do passivo			
Fornecedores	(149.277,58)	(297.634,37)	
Obrigações Trabalhistas	(56.831,39)	(135.994,43)	
Obrigações Fiscais	(35.526,52)	(50.547,32)	
Outras Obrigações	(69.866,58)	(112.149,65)	
Outras Obrigações	12.946,91	1.057,03	
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	539.252,82	(479.122,48)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisições de Ativos Imobilizados	(28.688,00)	(57.444,80)	
Títulos de Capitalização	-	-	
Geração (Utilização) de caixa em atividades de investimentos	(28.688,00)	(57.444,80)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Financiamentos	(271.574,90)	195.005,45	
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(271.574,90)	195.005,45	
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	238.989,92	(341.561,83)	
Caixa e equivalentes no Início do Período	151.708,71	493.270,54	
Caixa e equivalentes no Fim do Período	390.698,63	151.708,71	
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	238.989,92	(341.561,83)	



INEDITORIAL

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Jundiáense Luiz Braille – De Assistência ao Deficiente da Visão, também designada Braille, fundada em 20 de dezembro de 1941, é uma Associação Civil, educacional beneficente, assistencial, reabilitacional e saúde, sem fins econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede no município de Jundiá. Tem como missão, servir e desenvolver as habilidades potenciais das pessoas deficientes da visão prestando – lhes serviços de diagnóstico, habilitação e reabilitação, gratuitos, permanentes a quem necessitar, sem qualquer discriminação.

O Braille possui os títulos de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal e manteve-se devidamente inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei 12.973/14 e especificamente a NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC N.º 1.409/12, aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares, exceto pelo Imobilizado, que não foi avaliado a valor presente na adoção inicial.

No ano de 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.838/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos sejam expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Auração do superávit do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, exceto as receitas com doações são registradas por sua realização financeira.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa
Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifique a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme dispostos do Art. 4.º parágrafo único, do Decreto N.º 2.536/98.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ Imediata	Saldo 2.017	Rentabilidade	IOF	IRF Retido	Saldo 2.016
Banco do Brasil 00.010.109-5	3,40	0,18	0,00	0,04	3,26
Banco Santander - C. Poup. 60.005592-8	261,72	16,98	0,00	0,00	244,74
Banco Bradesco - CDB	19.392,78	5,64	4,56	0,16	36.803,17
Aplicação Sicredi CDI	0,00	0,68	0,00	0,13	219,36
Aplicação Caixa Econômica CDB FLX C/C 3186-3	115.082,87	9.313,65	0,00	0,00	105.769,22
Aplicação Contamax Empresarial	0,00	6,85	4,71	0,00	1.522,09
Total	134.740,77	9.343,98	9,27	0,33	144.561,84

5. IMOBILIZADO

	2017			2016	
	Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	
Edifícios	260.306,17	101.423,84	158.882,33	169.737,05	
Máquinas e Equipamentos	2.541.293,72	1.804.215,60	737.078,12	893.296,12	
Móveis e Utensílios	191.720,62	164.721,51	26.999,11	38.762,34	
Veículos	39.314,74	34.757,97	4.556,77	9.619,69	
Computadores e Periféricos	138.963,96	123.569,51	15.394,45	23.960,22	
Instrumental Cirúrgico	183.269,02	52.521,50	130.747,52	145.492,20	
Total	3.354.868,23	2.281.209,93	1.073.658,30	1.280.867,62	

6. INTANGÍVEL

	2017			2016	
	Custo Reavaliado	Amortização Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	

Software	1.200,00	1.200,00	0,00
7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS			2.017
Salários a Pagar	71.674,49		
Autônomos a Pagar	1.328,94		
INSS a Pagar	17.124,88		
FGTs a Pagar	16.237,58		
Contribuições Sindicais a Recolher	12.285,01		
PIS a Pagar	2.029,88		
Férias a Pagar	219.224,43		
Total	339.905,21		375.431,73

8. DOAÇÕES

A entidade recebeu doações de pessoas físicas e jurídicas:

	2.017	2.016
Pessoa Física	160.501,59	216.159,54
Pessoa Jurídica	176.025,56	247.266,34
Total	336.527,15	463.425,88

9. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No ano de 2015 e 2016, houveram receitas de doações não contabilizadas totalizando R\$ 13.574,00, os valores constavam em Fornecedores.

Doador	Ano	Nota Fiscal	Valor	Fornecedor
Pró Vida	2015	221480	5.250,00	M.P.T Comércio de Eletro
Rotary Club	2015	9731	6.945,00	Xenonio Ind. Equip. Medicos Ltda.
Rotary Club Rodrigues e Marcondes Emp. e Part. Ltda.	2016	7028	253,00	Comercial Vic-Gas Ltda.
	2016	14648	1.126,00	GR Medica Com. Repr. Mat Hosp. Ltda.
Total de Doações de Anos Anteriores			13.574,00	

Em 2017 foram ajustados valores passivos de IRRF, ISS, INSS e Contribuições Retidas na Fonte devidamente recolhidas na sua competência, totalizando o montante de R\$ 501,88 e também fornecedores já quitados no valor de R\$ 5.734,58.

10. CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E OUTRAS RECEITAS

	2.017	2.016
Convênios	6.110.301,03	5.674.374,83
Subvenções	42.774,95	34.220,04
Feiras / Eventos / Projetos	110.757,86	102.614,57
Outras Receitas	318.278,26	8.498,48
Total	6.582.112,10	5.819.707,92

11. SEGUROS

A entidade mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir os eventuais sinistros dos bens patrimoniais.

12. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento ao artigo 4º, Parágrafo Único, do Decreto 2.536 de 06 de abril de 1998, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas em 2016, como se devidas fossem foram de R\$ 159.558,54.

13. APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social.

14. NÃO REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS, DIRETORES E ASSOCIADOS

O Instituto Jundiáense Luiz Braille não remunera e não concede benefícios e vantagens a conselheiros, diretores, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, sob qualquer forma, título ou pretexto, em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

15. VOLUNTÁRIOS

No ano de 2017 a entidade contabilizou R\$ 2.566,50 referente aos voluntários na execução de eventos realizados para captação de recursos.

16. OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS

A entidade formalizou o recadastramento no Ministério da Saúde, através de protocolo em 16/07/2015 sob o registro nº 2500113672/2015-08, de acordo com a determinação do artigo 4º da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/2014 a portaria MS nº 1.970/11 e também foram assinados os termos aditivos dos Convênios 45/2011 e 30/2010 em 10/11/2014 e em 15/07/2015 foram formalizados os convênios 15/15 e 16/15 com o Gestor Local do SUS de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

O Instituto Jundiáense Luiz Braille, mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNEIS).

O Instituto atende na área de oftalmologia aproximadamente a 5.000 consultas oftalmológicas por mês, integralmente pelo SUS. No serviço de oftalmologia, além do atendimento ambulatorial, também são realizados os exames e cirurgias de média e alta complexidade dando assim, total resolução aos pacientes atendidos.

17. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação da lei 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo do Decreto Federal No. 8.242/14 e artigo 9º Item 1 c. da Portaria do MS 1970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE

Serviços Prestados	Quantitativos-SUS	Qualitativos-SUS	Quantitativos-R/SUS	Qualitativos-R/SUS
Consultas	52.788	Relatórios mensais ao Gestor	-	Prontuários

**INEDITORIAL**

Exames	127.614	Relatórios mensais ao Gestor	614	Prontuários
Cirurgias	5.477	Relatórios mensais ao Gestor	141	Prontuários
TOTAL	185.879		755	

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - REABILITAÇÃO

Serviços Prestados	Quantitativos-SUS	Qualitativos-SUS	Quantitativos-Ñ/SUS	Qualitativos-Ñ/SUS
Consultas	11.280	Relatórios mensais ao Gestor	-	Prontuários

18. DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação do artigo 4º da Lei No. 12.101/09 artigo 20 do Decreto No. 8.242/2014 e artigo 8º da Portaria do MS nº 1.970, DE 16 DE AGOSTO DE 2011 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em convênio e/ou contrato de contratação;
- ofereceu a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 4º da Lei No. 12.101/09 artigo 20 do Decreto No. 8.242/2014 e artigo 9º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- número de atendimentos SUS: 180.402 e Ñ-SUS: 614
- número de atendimentos SUS: 5.477 e Ñ-SUS (CIHA): 141
- percentual de atendimentos SUS: 99,65%

19. CONVÊNIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Instituto Jundiáense Luiz Braille no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formalizou convênios municipais, conforme Relatório de Atividades de 2017, disponível na sede da Entidade para acesso a qualquer cidadão, os respectivos objetivos, origem de recursos, infraestrutura, público-alvo, capacidade e número de atendimentos, recursos financeiros utilizados, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Os atendimentos de Convênios Municipais realizados em 2017 são demonstrados no quadro a seguir:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Dados Qualitativos	Número de Atendimentos
3.1.1.2.02	Convênios Municipais - Reabilitação	Relatórios ao gestor	1.320

ANTONIO FINATI PACHECO
PRESIDENTE

ANDREA REGINA BONANCA
CONTADORA

INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE
CNPJ: - 50.958.859/0001-86

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE

CONTEÚDO:

- Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/2017
- Quadro:
- 1. Balanço patrimonial – 2017 comparativo a 2016
- 2. Demonstração do resultado - DRE
- 3. Demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL
- 4. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC
- Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2017

À Diretoria da Entidade

INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE. CNPJ- 50.958.859/0001-86
Jundiá – SP.

INTRODUÇÃO

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da entidade INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

OPINIÃO DA AUDITORIA:

Em nossa opinião as demonstrações contábeis do referido período representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da entidade INSTITUTO JUNDIAIENSE LUIZ BRAILLE, em

31/12/2017, os resultados de suas operações, e as mutações de seu patrimônio social e os seus fluxos de caixa relevantes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE DE OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à ENTIDADE, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – destacamos o contido nas notas explicativas:

- 5 - Ativo Imobilizado – demonstrado ao custo de aquisição com respectivas despesas reconhecidas pelo método linear que não considera a vida útil conforme determina o CPC 27 e a NBC TG-27 do CFC sobre a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil.
- 8 e 10 - Receitas Operacionais (das Atividades) – são reconhecidas por competência exceto as decorrentes de doações de sócios PJ e as de PF, e as de rendas diversas decorrentes de promoções e eventos que são reconhecidas no momento de suas realizações (regime caixa) conforme preceitua a norma contábil NBC TG 25 (CFC) – sobre ativo contingentes, por se tratar de receitas incertas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Jundiá, 17 de abril de 2018

NATHALE CAPELETTI RIZZO
Escrevente

4ª TABELA DE NOTAS DE JUNDIAI
Rua Onze de Junho, 142 Centro
Jundiá - SP - Fone/Fax (011) 4521-8100
AUTENTICAÇÃO

Segato Consultores – Auditoria e Contabilidade Ltda - CRC 22P/15.697/O-1
Valdir Donizete Segato - CRC 1SP171/269/0-1
Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI - CFC 1.776

Autenticado mediante cópia reprográfica
extraída da parte contendo o
origem Assinado Digitalmente

Válido somente para o uso de impressão